

Concat Holding de Distribuição S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022													(Em milhares de Reais - R\$)																																																							
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)													Demonstrações do resultado																																																							
Ativo circulante	Controladora					Passivo circulante	Controladora					Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)	Controladora																																																							
	Nota	2023	2022	2023	2022		Nota	2023	2022	2023	2022		Nota	2023	2022	2023	2022																																																			
Caixa e equivalentes de caixa	5	739	106.553	40.240	152.873	Fornecedores	14	-	32	71.048	111.337	Receita líquida de vendas	21	-	-	1.356.501	657.444																																																			
Contas a receber	6	-	-	163.252	134.319	Obrigações tributárias	15	11	16	17.013	14.409	Custo das mercadorias vendidas	-	-	-	(1.037.111)	(499.193)																																																			
Estoques	7	-	-	188.256	183.519	IRPJ e CSLL a pagar	-	-	-	4.257	6.409	Lucro bruto	-	-	-	319.390	157.131																																																			
Impostos a recuperar	8	1.550	538	21.775	13.796	Contas a pagar por aquisição de controladas	17	21.597	38.357	58.445	130.892	Receitas (despesas) operacionais	36.533	-	(235.685)	(139.460)																																																				
Adiantamentos a fornecedores		3	98	6.388	5.539	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	-	-	16.764	16.197	Despesas comerciais	22	-	-	(81.659)	(42.729)																																																			
Outras contas a receber		735	568	15.478	3.683	Passivos de arrendamento	10	-	-	9.382	7.694	Perda por valor recuperável de contras a receber	6	-	-	(2.706)	1.409																																																			
Total do ativo circulante		3.027	107.757	435.389	493.729	Dividendos a pagar	19	935	-	5.193	-	Despesas de operações logísticas	22	-	-	(68.294)	(28.828)																																																			
						Mútuo e outras contas a pagar	9	-	-	55.317	-	Despesas gerais e administrativas	22	(3.500)	(10.765)	(83.026)	(69.312)																																																			
Ativo não circulante						Outras contas a pagar		153	2.504	14.209	5.008	Equivalência patrimonial	13	40.033	14.237	-	-																																																			
Impostos diferidos	-	-	-	20.257	9.122	Total do passivo circulante		22.696	40.909	251.628	291.946	Resultado antes do resultado financeiro		36.533	3.472	83.705	18.071																																																			
Depósitos judiciais	-	-	-	-	1.092	Passivo não circulante						Resultado financeiro	23	(12.927)	(9.800)	(30.047)	(13.010)																																																			
Direito de uso - Imóveis	10	-	-	41.034	28.584	Contas a pagar por aquisições de controladas	17	107.984	104.524	144.832	168.336	Despesas financeiras		2.977	4.458	10.592	12.651																																																			
Outras contas a receber		-	-	-	969	Passivo de arrendamentos	10	-	-	34.313	24.011	Recursos financeiras		(15.904)	(14.258)	(40.639)	(25.661)																																																			
Investimentos	13	350.300	264.723	-	-	Outras contas a pagar		-	-	-	2.922	Resultado antes do IRPJ e da CSLL		23.606	(6.328)	53.658	5.061																																																			
Imobilizado	11	11	18	15.863	11.491	Total do passivo não circulante		107.984	104.524	179.145	195.269	IRPJ e CSLL		-	-	(12.747)	(2.852)																																																			
Intangível	12	-	-	242.434	254.905	Patrimônio líquido						Correntes	18	-	-	(23.882)	(11.974)																																																			
Total do ativo não circulante		350.311	264.741	319.588	306.163	Capital social	19	236.139	259.329	236.139	259.329	Diferidos	18	-	-	11.135	9.122																																																			
Total do ativo		353.338	372.498	754.977	799.892	Reserva de capital		(16.485)	(12.597)	(16.485)	(12.597)	Resultado líquido do exercício		23.606	(6.328)	40.911	2.209																																																			
						Reserva de lucro / (prejuízos acumulados)		3.004	(19.667)	3.004	(19.667)	Atribuído aos acionistas controladores		-	-	23.606	(6.328)																																																			
						Atribuível aos acionistas controladores		222.658	227.065	222.658	227.065	Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	17.305	8.537																																																			
						Participação de não controladores		-	-	101.546	85.612																																																									
						Total do passivo e do patrimônio líquido		353.338	372.498	754.977	799.892																																																									
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.																																																																				
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)																																																																				
Reservas de lucros																																																																				
	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Legal	Retenções	Total	Participação de não controladores	Total																																																											
Saldos em 31/12/2021		63.328	-	-	-	-	49.989	-	49.989																																																											
Aumento de capital		196.001	-	-	-	-	196.001	-	196.001																																																											
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	77.075	77.075																																																											
Resultado do exercício		-	-	(6.328)	-	-	(6.328)	8.537	2.209																																																											
Ágio na subscrição de ações		-	(12.597)	-	-	-	(12.597)	-	(12.597)																																																											
Saldos em 31/12/2022		259.329	(12.597)	(19.667)	-	-	227.065	85.612	312.677																																																											
Redução de capital	19	(49.000)	-	-	-	-	(49.000)	-	(49.000)																																																											
Aporte de capital	19	25.810	-	-	-	-	25.810	-	25.810																																																											
Aumento de capital	19	41.500	-	-	-	-	41.500	-	41.500																																																											
Capital a integralizar	(41.500)	-	-	-	-	-	(41.500)	-	(41.500)																																																											
Transações com não controladores		-	(3.888)	-	-	-	(3.888)	2.887	(1.001)																																																											
Resultado do exercício		-	-	-	-	23.606	23.606	17.305	40.911																																																											
Absorção do lucro		-	-	-	19.667	(19.667)	-	-	-																																																											
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	197	(197)	-	-																																																											
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	(935)	(935)	(4.258)	(5.193)																																																											
Saldos em 31/12/2023		236.139	(16.485)	-	197	2.807	222.658	101.546	324.204																																																											
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.																																																																				
Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais - R\$)																																																																				
1. Contexto operacional: A Concat Holding de Distribuição S.A. ("Companhia"), com sede atual na Rua Doutor Geraldo Campos Moreira, nº 375, conjunto 71, parte, bairro Cidade Monções, CEP 04.571-938, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 12/12/2018 com a denominação social inicial SF One Hundred And Ten Participações Societárias S.A. A Companhia tem por objeto social a atividade de participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista. A Companhia tem atuado desde a sua constituição ativamente na prospeção de novos investimentos. O processo de identificação de uma empresa com potencial para investimento até a aquisição do controle é constituído de várias etapas, assim sumarizadas: i) prospecção inicial de uma empresa <i>target</i> ; ii) contato inicial com os empreendedores; iii) realização de <i>due diligences</i> ; iv) negociação do preço; v) acordo final entre as partes; e, vi) aprovação pelos órgãos reguladores, quando aplicável. A execução deste processo é realizada por executivos contratados pela Companhia com apoio de consultorias especializadas. Em 28/07/2023, o acionista controlador Pátria Private Equity VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia realizou o aumento de capital de sua controlada Bravo S.A. mediante aporte das ações da Concat Holding de Distribuição S.A. de sua titularidade, passando a Bravo S.A. ser a controladora direta da Concat. Os recursos necessários para realização do investimento são aportados na Companhia pela Bravo S.A. quando necessário.																																																																				
1.1 Relação de entidades controladas: Segue abaixo a relação de controladas pela Companhia:																																																																				
<table><tr><th></th><th>Participação acionária %</th><th></th></tr><tr><th></th><th>2023</th><th>2022</th></tr><tr><td>Controladas diretas</td><td></td><td></td></tr><tr><td>JR Atacadista de Produtos de Higiene S.A.</td><td>82,20</td><td>79,27</td></tr><tr><td>Controladas indiretas</td><td></td><td></td></tr><tr><td>JR Comércio Atacadista de Produtos de Higiene Ltda.</td><td>82,20</td><td>79,27</td></tr><tr><td>Samaúma Holding S.A.</td><td>58,83</td><td>55,49</td></tr><tr><td>Marques & Melo Ltda.</td><td>58,83</td><td>55,49</td></tr><tr><td>Prime Distribuidora de Produtos de Higiene Ltda.</td><td>58,83</td><td>55,49</td></tr><tr><td>WM Log Transporte e Logística Ltda</td><td>58,83</td><td>55,49</td></tr><tr><td>Bodegami Comércio de Mercadoria Em Geral Ltda.</td><td>58,83</td><td>55,49</td></tr><tr><td colspan="18">A Concat Holding de Distribuição S.A. possui 82,20% da JR Atacadista de Produtos de Higiene S.A., que por sua vez possui 100% da JR Comércio Atacadista de Produtos de Higiene Ltda. e 71,57% da Samaúma Holding S.A. A Samaúma Holding S.A. possui 100% de suas controladas. 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas no curso normal dos negócios. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 04/03/2024. b. Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Companhia e de suas controladas nas demonstrações financeiras é o Real (R\$), representando o ambiente econômico no qual a Companhia atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c. Uso de estimativas e julgamento: Na aplicação das práticas contábeis pela Companhia, a Administração deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. (i) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas relacionadas. (ii) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas em 31/12/2023 que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 1. Nota explicativa 4.b.: Reconhecimento de ativo fiscal diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados – vide NE 18; ii. Nota explicativa 4.f.: Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: vide NE12.1. (iii) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (<i>inputs</i>) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e semelhantes. Nível 2: <i>Inputs</i>, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (<i>inputs</i> não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças. d. Bases de mensuração: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico. 3. Novas normas, alterações e interpretações de normas: 3.1 Alterações vigentes a partir de 2023: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01/01/2023. A aplicação dessas, não tiveram impactos materiais para a Companhia. • CPC 50 (IFRS 17) – estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17); • CPC 26 (IAS 1) – em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como classificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A adoção dessa alteração não gerou impactos materiais nas divulgações da Companhia; • CPC 32 (IAS 12) – a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Referida alteração não gerou impactos materiais nas divulgações da Companhia. • CPC 23 (IAS 8) – as alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. As alterações supramencionadas não geraram impactos materiais nas divulgações da Companhia. 3.2 Alterações que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • CPC 26 (IAS 1) – de acordo com o CPC 26, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. A data de aplicação é para exercícios iniciados a partir de 01/01/2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: <i>covenants</i>), mesmo que a mensuração contratual do <i>covenant</i> somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob <i>covenants</i> somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente <i>covenants</i> com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 01/01/2024. • CPC 06 (R2) (IFRS 16) – As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro-arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. • CPC 03 (IAS 7) – As alterações determinam divulgações mais abrangentes de acordos de financiamentos com fornecedores, como operações de <i>repo</i> sacado, desconto de títulos, <i>reverse factoring</i>, <i>confirming</i> e/ou <i>assembladas</i>, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. • CPC 40 (R1) (IFRS 7) – A alteração ao CPC 40 (R1) requer divulgações qualitativas do risco de liquidez: Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. 4. Práticas contábeis materiais: A Companhia e suas controladas aplicaram as práticas contábeis materiais descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. a. Receita de contrato com o cliente: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. b. IRPJ Pessoa Jurídica - IRPJ e CSLL sobre o Lucro Líquido - CSLL: O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido. O IRPJ e a CSLL da Companhia e de suas controladas são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa de IRPJ e CSLL correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e prejuízos fiscais não utilizados, determinados usando as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos IRPJ e CSLL diferidos ativos forem realizados ou quando o IRPJ e a CSLL diferidos passivos forem liquidados. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os montantes de IRPJ e CSLL ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais. c. Estoques: Registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, reduzido de créditos recebidos de fornecedor, e o valor líquido realizável e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realizável, quando este for inferior. Também devem ser constituídas provisões para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração. d. Imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão documentadas na Nota Explicativa 11. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. A Companhia não reconhece no valor contábil de um item do ativo imobilizado os custos da manutenção periódica do item. Pelo contrário, esses custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os custos da manutenção periódica são principalmente os custos de mão-de-obra e de produtos consumíveis, e podem incluir o custo de pequenas peças. A finalidade desses gastos é muitas vezes descrita como sendo para "reparo e manutenção" de item do ativo imobilizado. As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas por sua vida útil estimada, que leva em consideração fatores como uso esperado do ativo e prazo de vigência dos contratos de arrendamento. e. Ativos intangíveis e ágio: i. Reconhecimento e mensuração: Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ii. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens líquido dos seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado o ágio não é amortizado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. iii. Impairment: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são</td></tr></table>																			Participação acionária %			2023	2022	Controladas diretas			JR Atacadista de Produtos de Higiene S.A.	82,20	79,27	Controladas indiretas			JR Comércio Atacadista de Produtos de Higiene Ltda.	82,20	79,27	Samaúma Holding S.A.	58,83	55,49	Marques & Melo Ltda.	58,83	55,49	Prime Distribuidora de Produtos de Higiene Ltda.	58,83	55,49	WM Log Transporte e Logística Ltda	58,83	55,49	Bodegami Comércio de Mercadoria Em Geral Ltda.	58,83	55,49	A Concat Holding de Distribuição S.A. possui 82,20% da JR Atacadista de Produtos de Higiene S.A., que por sua vez possui 100% da JR Comércio Atacadista de Produtos de Higiene Ltda. e 71,57% da Samaúma Holding S.A. A Samaúma Holding S.A. possui 100% de suas controladas. 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas no curso normal dos negócios. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 04/03/2024. b. Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Companhia e de suas controladas nas demonstrações financeiras é o Real (R\$), representando o ambiente econômico no qual a Companhia atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c. Uso de estimativas e julgamento: Na aplicação das práticas contábeis pela Companhia, a Administração deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. (i) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas relacionadas. (ii) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas em 31/12/2023 que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 1. Nota explicativa 4.b.: Reconhecimento de ativo fiscal diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados – vide NE 18; ii. Nota explicativa 4.f.: Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: vide NE12.1. (iii) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (<i>inputs</i>) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e semelhantes. Nível 2: <i>Inputs</i> , exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (<i>inputs</i> não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças. d. Bases de mensuração: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico. 3. Novas normas, alterações e interpretações de normas: 3.1 Alterações vigentes a partir de 2023: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01/01/2023. A aplicação dessas, não tiveram impactos materiais para a Companhia. • CPC 50 (IFRS 17) – estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17); • CPC 26 (IAS 1) – em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como classificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A adoção dessa alteração não gerou impactos materiais nas divulgações da Companhia; • CPC 32 (IAS 12) – a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Referida alteração não gerou impactos materiais nas divulgações da Companhia. • CPC 23 (IAS 8) – as alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. As alterações supramencionadas não geraram impactos materiais nas divulgações da Companhia. 3.2 Alterações que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • CPC 26 (IAS 1) – de acordo com o CPC 26, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. A data de aplicação é para exercícios iniciados a partir de 01/01/2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: <i>covenants</i>), mesmo que a mensuração contratual do <i>covenant</i> somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob <i>covenants</i> somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente <i>covenants</i> com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 01/01/2024. • CPC 06 (R2) (IFRS 16) – As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro-arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. • CPC 03 (IAS 7) – As alterações determinam divulgações mais abrangentes de acordos de financiamentos com fornecedores, como operações de <i>repo</i> sacado, desconto de títulos, <i>reverse factoring</i> , <i>confirming</i> e/ou <i>assembladas</i> , que envolvam as Companhias e seus fornecedores. • CPC 40 (R1) (IFRS 7) – A alteração ao CPC 40 (R1) requer divulgações qualitativas do risco de liquidez: Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. 4. Práticas contábeis materiais: A Companhia e suas controladas aplicaram as práticas contábeis materiais descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. a. Receita de contrato com o cliente: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. b. IRPJ Pessoa Jurídica - IRPJ e CSLL sobre o Lucro Líquido - CSLL: O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido. O IRPJ e a CSLL da Companhia e de suas controladas são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa de IRPJ e CSLL correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e prejuízos fiscais não utilizados, determinados usando as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos IRPJ e CSLL diferidos ativos forem realizados ou quando o IRPJ e a CSLL diferidos passivos forem liquidados. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os montantes de IRPJ e CSLL ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais. c. Estoques: Registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, reduzido de créditos recebidos de fornecedor, e o valor líquido realizável e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realizável, quando este for inferior. Também devem ser constituídas provisões para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração. d. Imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão documentadas na Nota Explicativa 11. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. A Companhia não reconhece no valor contábil de um item do ativo imobilizado os custos da manutenção periódica do item. Pelo contrário, esses custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os custos da manutenção periódica são principalmente os custos de mão-de-obra e de produtos consumíveis, e podem incluir o custo de pequenas peças. A finalidade desses gastos é muitas vezes descrita como sendo para "reparo e manutenção" de item do ativo imobilizado. As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas por sua vida útil estimada, que leva em consideração fatores como uso esperado do ativo e prazo de vigência dos contratos de arrendamento. e. Ativos intangíveis e ágio: i. Reconhecimento e mensuração: Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ii. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens líquido dos seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado o ágio não é amortizado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. iii. Impairment: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são																	
	Participação acionária %																																																																			
	2023	2022																																																																		
Controladas diretas																																																																				
JR Atacadista de Produtos de Higiene S.A.	82,20	79,27																																																																		
Controladas indiretas																																																																				
JR Comércio Atacadista de Produtos de Higiene Ltda.	82,20	79,27																																																																		
Samaúma Holding S.A.	58,83	55,49																																																																		
Marques & Melo Ltda.	58,83	55,49																																																																		
Prime Distribuidora de Produtos de Higiene Ltda.	58,83	55,49																																																																		
WM Log Transporte e Logística Ltda	58,83	55,49																																																																		
Bodegami Comércio de Mercadoria Em Geral Ltda.	58,83	55,49																																																																		
A Concat Holding de Distribuição S.A. possui 82,20% da JR Atacadista de Produtos de Higiene S.A., que por sua vez possui 100% da JR Comércio Atacadista de Produtos de Higiene Ltda. e 71,57% da Samaúma Holding S.A. A Samaúma Holding S.A. possui 100% de suas controladas. 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas no curso normal dos negócios. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 04/03/2024. b. Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Companhia e de suas controladas nas demonstrações financeiras é o Real (R\$), representando o ambiente econômico no qual a Companhia atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c. Uso de estimativas e julgamento: Na aplicação das práticas contábeis pela Companhia, a Administração deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. (i) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas relacionadas. (ii) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas em 31/12/2023 que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 1. Nota explicativa 4.b.: Reconhecimento de ativo fiscal diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados – vide NE 18; ii. Nota explicativa 4.f.: Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: vide NE12.1. (iii) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (<i>inputs</i>) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e semelhantes. Nível 2: <i>Inputs</i> , exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (<i>inputs</i> não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças. d. Bases de mensuração: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico. 3. Novas normas, alterações e interpretações de normas: 3.1 Alterações vigentes a partir de 2023: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01/01/2023. A aplicação dessas, não tiveram impactos materiais para a Companhia. • CPC 50 (IFRS 17) – estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17); • CPC 26 (IAS 1) – em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como classificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A adoção dessa alteração não gerou impactos materiais nas divulgações da Companhia; • CPC 32 (IAS 12) – a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Referida alteração não gerou impactos materiais nas divulgações da Companhia. • CPC 23 (IAS 8) – as alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. As alterações supramencionadas não geraram impactos materiais nas divulgações da Companhia. 3.2 Alterações que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • CPC 26 (IAS 1) – de acordo com o CPC 26, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. A data de aplicação é para exercícios iniciados a partir de 01/01/2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: <i>covenants</i>), mesmo que a mensuração contratual do <i>covenant</i> somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob <i>covenants</i> somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente <i>covenants</i> com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 01/01/2024. • CPC 06 (R2) (IFRS 16) – As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro-arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. • CPC 03 (IAS 7) – As alterações determinam divulgações mais abrangentes de acordos de financiamentos com fornecedores, como operações de <i>repo</i> sacado, desconto de títulos, <i>reverse factoring</i> , <i>confirming</i> e/ou <i>assembladas</i> , que envolvam as Companhias e seus fornecedores. • CPC 40 (R1) (IFRS 7) – A alteração ao CPC 40 (R1) requer divulgações qualitativas do risco de liquidez: Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. 4. Práticas contábeis materiais: A Companhia e suas controladas aplicaram as práticas contábeis materiais descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. a. Receita de contrato com o cliente: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. b. IRPJ Pessoa Jurídica - IRPJ e CSLL sobre o Lucro Líquido - CSLL: O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido. O IRPJ e a CSLL da Companhia e de suas controladas são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa de IRPJ e CSLL correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e prejuízos fiscais não utilizados, determinados usando as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos IRPJ e CSLL diferidos ativos forem realizados ou quando o IRPJ e a CSLL diferidos passivos forem liquidados. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os montantes de IRPJ e CSLL ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais. c. Estoques: Registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, reduzido de créditos recebidos de fornecedor, e o valor líquido realizável e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realizável, quando este for inferior. Também devem ser constituídas provisões para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração. d. Imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão documentadas na Nota Explicativa 11. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. A Companhia não reconhece no valor contábil de um item do ativo imobilizado os custos da manutenção periódica do item. Pelo contrário, esses custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os custos da manutenção periódica são principalmente os custos de mão-de-obra e de produtos consumíveis, e podem incluir o custo de pequenas peças. A finalidade desses gastos é muitas vezes descrita como sendo para "reparo e manutenção" de item do ativo imobilizado. As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas por sua vida útil estimada, que leva em consideração fatores como uso esperado do ativo e prazo de vigência dos contratos de arrendamento. e. Ativos intangíveis e ágio: i. Reconhecimento e mensuração: Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ii. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens líquido dos seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado o ágio não é amortizado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. iii. Impairment: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são																																																																				

Demonstrações do resultado				
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	21	-	1.356.501	657.444
Custo das mercadorias vendidas	-	-	(1.037.111)	(499.913)
Lucro bruto	-	-	319.390	157.531
Receitas (despesas) operacionais	36.533	-	(235.685)	(139.460)
Despesas comerciais	22	-	(81.659)	(42.729)
Perda por valor recuperável de contras a receber	6	-	(2.706)	1.409
Despesas de operações logísticas	22	-	(68.294)	(28.828)
Despesas gerais e administrativas	22	(3.500)	(10.765)	(83.026)
Equivalência patrimonial	13	40.033	14.237	-
Resultado antes do resultado financeiro		36.533	3.472	83.705
Resultado financeiro	23	(12.927)	(9.800)	(30.047)
Receitas financeiras		2.977	4.458	10.592
Despesas financeiras		(15.904)	(14.258)	(40.639)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		23.606	(6.328)	53.658
IRPJ e CSLL		-	-	(12.747)
Correntes	18	-	-	(23.882)
Diferidos	18	-	-	11.135
Resultado líquido do exercício		23.606	(6.328)	40.911
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	23.606
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	17.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				
Demonstrações do resultado abrangente				
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado do exercício	23.606	(6.328)	40.911	2.209
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	23.606	(6.328)	40.911	2.209
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	23.606
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	17.305

Demonstrações do fluxo de caixa					
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)					
	Controladora		Consolidado		
	Nota	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		23.606	(6.328)	40.911	2.209
Ajustes ao lucro (prejuízo):					
IRPJ e CSLL		-	-	12.747	2.852
Provisão (estorno) para perdas de clientes		-	-	2.706	(1.409)
Juros provisionados		15.904	14.257	37.770	23.338
Resultado equivalência patrimonial		(40.033)	(14.237)	-	-
Baixa ativo imobilizado		-	-	139	1.784
Depreciação e amortização		5.216	9.426	25.651	28.941
		4.693	3.118	119.924	57.715

<

Concat Holding de Distribuição S.A.									
					Controladora		Consolidado		
					2023	2022	2023	2022	
Remensuração de contratos					-	32	71.048	106.198	
Despesa de amortização					(7.461)	-	-	3.127	
Em 31/12/2023					41.034	-	-	2.012	
Não há saldos relacionados a operações de arrendamentos na Controladora. b. Passivo de arrendamento mercantil: Saldos de passivos de arrendamento mercantil estão apresentados da seguinte forma:									
					Controladora		Consolidado		
					2023	2022	2023	2022	
Em 31/12/2021					31.705	-	-	-	
Adição por aquisição de controlada					6.530	-	-	-	
Adição por novos contratos					27.682	-	-	-	
Pagamento de principal					(5.240)	-	-	-	
Juros provisionados					2.733	-	-	-	
Em 31/12/2022					31.705	-	-	-	
Remensuração de contratos					3.319	-	-	-	
Adição por novos contratos					16.592	-	-	-	
Pagamento de principal					(7.921)	-	-	-	
Pagamento de juros					(4.959)	-	-	-	
Juros provisionados					4.959	-	-	-	
Em 31/12/2023					43.695	-	-	-	
Passivo circulante					9.382	-	-	-	
Passivo não circulante					34.313	-	-	-	
Os contratos de arrendamentos de imóveis possuem prazo médio de 10 anos e taxa de juros média de 11,2% a.a. Não há saldos na controladora em 31/12/2023 e 2022. 11. Imobilizado: A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é como segue:									
					Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis	Veículos	Instalações	Equipamentos de Informática	Total			
Custo	-	-	-	-	41	41			
Depreciação acumulada	-	-	-	-	(15)	(15)			
Saldo líquido em 31/12/2021	-	-	-	-	26	26			
Adição por aquisição - custo	7.878	24	11.549	3.606	3.891	26.948			
Adição por aquisição - depreciação	(3.728)	-	-	-	-	-			
Adições	400	-	869	670	486	2.425			
Baixa, líquida (custo e depreciação)	84	-	(1.758)	185	(262)	(1.751)			
Depreciação	(284)	-	(155)	(427)	(92)	(958)			
Custo	8.362	24	10.660	4.461	4.156	27.663			
Depreciação acumulada	(4.012)	-	(8.856)	(1.133)	(2.170)	(16.172)			
Saldo líquido em 31/12/2022	4.350	23	1.804	3.328	1.986	11.491			
Adições	819	1.963	53	3.636	218	6.689			
Baixa, líquida (custo e depreciação)	(7)	-	(130)	(2)	-	(139)			
Depreciação	(363)	(624)	(427)	(437)	(327)	(2.178)			
Custo	9.174	1.987	10.583	8.095	4.374	34.213			
Depreciação acumulada	(4.375)	(625)	(9.283)	(1.570)	(2.497)	(18.350)			
Saldo líquido em 31/12/2023	4.799	1.362	1.300	6.525	1.877	15.863			
Os saldos da controladora são insignificantes.									
12. Intangível:									
					Consolidado				
	Sistemas de Computação	Carteira de Clientes	Marcas e Patentes	Valores justos de estoques	Ágio	Total			
Saldo líquido em 31/12/2021	-	-	-	-	-	-			
Ativos incorporados	8.024	-	-	-	-	8.024			
Adições	-	49.972	30.150	15.669	175.258	271.049			
Amortização	(120)	(5.116)	(3.263)	(15.669)	-	(24.168)			
Saldo líquido em 31/12/2022	7.904	44.856	26.887	-	-	175.258			
Adições	3.545	-	-	-	-	3.545			
Amortização	(15)	(9.971)	(6.030)	-	-	(16.016)			
Saldo líquido em 31/12/2023	11.434	34.885	20.857	-	-	175.258			
Taxa média amortização a.a.	20%	20%	20%	0%	0%	0%			
12.1 Impairment: A Companhia realizou testes de redução ao valor recuperável do ágio em 30/09/2023, conforme segue:									
Inputs significativos não observáveis					Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor presente dos fluxos de caixa				
					O valor presente dos fluxos de caixa poderia aumentar (diminuir) se:				
• Previsão da taxa de crescimento anual da receita;					• A taxa de crescimento anual da receita fosse maior (menor);				
• Previsão da taxa de crescimento dos custos variáveis dos insumos;					• A taxa de crescimento dos custos fosse (maior) menor;				
• Taxa de desconto ajustada ao risco.					• A taxa de desconto ajustada ao risco fosse (maior) menor.				
O valor recuperável é determinado segundo o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa com base nas projeções econômicas/financeiras da controlada para os próximos 10 anos, perpetuadas a partir do último ano. Qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil a exceder o valor recuperável.									
					2023				
Crescimento médio ponderado anual da receita					12,7%				
Crescimento médio ponderado anual do custo variável					12,7%				
Taxas de desconto nominal (WACC)					19,0%				
Crescimento na perpetuidade					3,5%				
As principais premissas utilizadas na estimativa do valor recuperável estão definidas acima. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação da administração de futuras tendências para o negócio e foram baseadas em experiências históricas e projeções de crescimento, baseadas em dados internos e externos. O valor recuperável estimado excedeu o valor contábil em aproximadamente R\$ 502.469. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação ao ágio não é revertida. Para outros ativos, uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. 13. Investimentos: a) Composição do investimento: Os saldos de investimento referem-se ao percentual de participação da Controladora sobre o patrimônio líquido da Controlada, como segue: b) Movimentação do investimento:									
Movimentação do saldo de investimentos					2023				
Patrimônio líquido em 04/02/2022					- 73.721				
Percentual adquirido					- 70%				
Patrimônio líquido adquirido					- 51.604				
Ágio e mais valia na aquisição					- 119.896				
Saldo inicial do investimento					264.723				
Aumento de capital na investida					56.600				
Transações com minoritários					(3.888)				
Resultado da equivalência patrimonial					40.033				
Amortização da mais valia					(5.209)				
Dividendo distribuído					(1.959)				
Valor contábil do investimento					350.300				
Em 14/02/2023, a Companhia realizou um aporte de R\$26.300 na controlada JR Atacadista, não acompanhado pelo minoritário, aumentando assim sua participação em 1,47%, ou R\$24.145. A Companhia reconheceu o efeito na operação no montante de R\$2.155 em reserva de capital, dentro de seu Patrimônio. Em 14/09/2023, a Companhia realizou novo aporte, no montante de R\$30.000, aumentando sua participação em 1,46%, ou R\$28.567, reconhecendo um efeito de R\$1.733 em reserva de capital, totalizando R\$3.888 no ano. Em 13/04/2023 a controlada JR Atacadista recebeu ações dos minoritários em função de um acordo de ajuste de participações, aumentando assim sua participação na controlada Samaúma S.A. em 1,57%, passando a possuir 71,57% do capital da controlada Companhia. Em função disso, a participação dos minoritários foi reduzida em R\$2.887 na seguinte forma:									
					2023				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					935				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					23.606				
(-) Absorção dos prejuízos acumulados					(19.667)				
Lucro a distribuir					3.939				
(-) Reserva legal (5%)					(197)				
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					3.742				
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					93				

<div>continuação</div> <p>que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e</p>	<div>Concat Holding de Distribuição S.A.</div> <p>suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades</p>	<p>ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Porto Alegre, 04/03/2024.</p> <div><div>KPMG</div><div>KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/F-7</div><div>Samuel Viero Ricken Contador CRC SC-030412/O-1</div></div>
---	---	---

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



GIP Medicina Diagnóstica S.A. e Controladas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto pelo prejuízo por ação)												
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	Nota	Controladora		Consolidado	Nota	Capital social	Reserva de capital e opções outorgadas	Prejuízos acumulados
		2023	2022	2023		2023	2022	2023		2023	2022	2023
Circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.936	66.571	39.038						169.055	2.195	(97.751)
Contas a receber de clientes	4	64.398	55.241	69.200						13	1.000	-
Impostos a recuperar	5	8.782	8.410	8.783						13	-	56.000
Outros ativos		7.627	5.954	7.829						Plano de opção de compra de ações	13	1.653
Total ativo circulante		115.743	136.176	124.850						Prejuízo do exercício		(35.984)
Não circulante										Saldos em 31/12/2022	170.055	59.848
Depósitos judiciais	12	-	78	5						Plano de opção de compra de ações	13	38
Obras de artes - quadros		2.443	2.376	2.443						Prejuízo do exercício	13	(46.866)
Investimentos	6	19.037	-	-						Saldos em 31/12/2023	170.055	59.886
Imobilizado	7	94.761	96.203	99.103								
Direito de uso	8	80.975	90.090	80.975								
Intangível		6.058	4.381	10.302								
Outros ativos		268	503	288								
Total do ativo não circulante		203.542	193.631	193.116								
Total do ativo		319.285	329.807	317.966								
Passivo e patrimônio líquido												
Circulante												
Fornecedores	9	40.077	30.181	41.286								
Empréstimos e financiamentos	10	61.210	66.919	61.673								
Salários e encargos trabalhistas	11	9.730	8.209	10.200								
Arrendamento mercantil	8	7.045	5.913	7.045								
Outras contas a pagar		5.146	1.555	9.954								
Total do passivo circulante		123.208	112.777	130.158								
Não circulante												
Arrendamento mercantil	8	88.281	95.452	88.281								
Empréstimos e financiamentos	10	41.388	23.440	46.432								
Obrigações tributárias e sociais		613	-	613								
Provisão para riscos	12	1.998	1.970	2.892								
Contas a pagar na aquisição de empresas	6.1.a)	14.457	-	1.004								
Total do passivo não circulante		146.737	120.862	139.222								
Patrimônio líquido												
Capital social	13	170.055	170.055	170.055								
Reserva de capital e de opções	13	59.886	59.848	59.886								
Prejuízos acumulados	13	(180.601)	(133.735)	(180.601)								
Total do patrimônio líquido		49.340	96.168	49.340								
Total do passivo e do patrimônio líquido		319.285	329.807	317.966								
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS												
1. CONTEXTO OPERACIONAL: Fundada em 15/07/1973, a GIP Medicina Diagnóstica S.A. ("Companhia" ou "Femme") tem sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Freitas, 188, bairro Paraíso. A Companhia é um laboratório de diagnóstico para mulheres e suas atividades principais são: atividade médica com recursos para realização de exames complementares, laboratórios clínicos, serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante (exceto tomografia), serviços de ressonância magnética e serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante (exceto ressonância magnética). A Companhia possui filiais situadas no município de São Paulo e Osasco dentro do Estado de São Paulo, na Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 200, 10º andar, Paraíso (Unidade Preference), Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 228, térreo, 1º, 2º e 3º andares, Paraíso (Unidade Express), Avenida Ibirapuera, 2.401, Indianópolis (Unidade Moema) e Rua Cantagalo, 1.217, Vila Gomes Cardim (Unidade Tatapé), Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 200, 4º andar (Unidade Preference), Rua Salem Bechara, 140 (Unidade Osasco), Avenida Sumaré, 1.166 (Unidade Perdizes), Avenida Braz Leme, 1732 a 1738 (Unidade Santana), Avenida Adolfo Pinheiro, 1.835 (Unidade Santo Amaro), Rua Cerro Corá, nº 1.675 (Unidade Alto da Lapa), Avenida Paulista, nºs 2.444 (conjuntos 1, 91 e 92), 2.448 e 2.452 (Unidade Paulista), além da expansão da unidade Tatapé e a unidade administrativa Rua Bernardino de Campos, 98 (Galeria) e Rua Funchal, 537 (Unidade Vila Olímpia). Situação econômica e financeira: A Companhia realiza exames de imagem e análises clínicas em todas as suas unidades. Sua cobertura inclui todas as principais companhias de seguro de saúde do mercado brasileiro. A qualidade e a excelência do Femme são reconhecidas pelos operadores de saúde, médicos e clientes. A Companhia possui uma rede no Brasil de 5.965 médicos fidelizados (informação não auditada) e a Administração planeja continuar seu plano de expansão da Companhia em 2023. Em 31/12/2023, a controladora registrou um prejuízo de R\$ 46.866 (R\$35.984 em 2022) e capital circulante líquido negativo de (R\$ 7.465) e capital circulante líquido positivo de R\$23.399 em 2022. A geração de caixa operacional foi de R\$16.121 em 2023 e R\$7.788 em 2022. Esse resultado é consequência da expansão da Companhia. Atualmente, há uma capacidade ociosa, o que é esperado, já que as novas unidades podem levar até 36 meses para "maturar". As unidades inauguradas nos últimos anos (2021, 2022 e 2023) ainda estão em processo de maturação. Paralelamente, a Companhia tem desenvolvido diversas ações por meio de seu núcleo de eficiência, que visa continuamente a redução de custos. Todas essas medidas têm o objetivo de mitigar os prejuízos atuais e alcançar lucratividade nos próximos anos. A Companhia tem implementado e revisado constantemente suas estratégias para melhorar os resultados e reduzir o nível de alavancagem financeira. Entre as principais iniciativas, destacam-se: • Reestruturação das dívidas, com a captação de R\$ 66.887, junto à US International Development Finance Corporation (DFC), conseguindo alongamento dos prazos e redução dos juros e custos financeiros. (vide nota explicativa n° 21 - eventos subsequentes). • Implementação de um amplo processo de redução de custos, incluindo a redução de pessoal, fechamento da unidade Mooca, entrega de andares administrativos, negociação e troca de fornecedores. Diante dessas iniciativas, o capital circulante líquido em 31/07/2024 é de R\$ 31.140 e a Administração possui uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Companhia tem uma sólida diferenciação no mercado de saúde brasileiro e continua a expandir sua atuação, conforme informado na nota de combinação de negócios, onde a Companhia adquiriu os laboratórios Pró-Femme Diagnóstico S.A. ("Pró-Femme") e a SAUD-Imagem Cubatão Centro Médico Diagnóstico-EIRELI ("SAUD"), durante o exercício de 2023, vide nota explicativa n° 6.1. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, pressupondo que a Companhia será capaz de cumprir suas obrigações com credores, incluindo os pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos.												
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS:												
2.1. Base para preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluem estimativas contábeis elaboradas utilizando diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas. a) Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios em												
2.3. Continuidade operacional: A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 2.4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas: As principais práticas contábeis e de apresentação adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes: a) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia. b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. c) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: As provisões												
2.5. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: Na data de autorização destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não adotou os CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:												
continua ➡												

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/12/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



a) O Fornecedor possui cláusulas restritivas contratuais, as quais, podem levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros, como EBITDA ("Earning before interest, tax, depreciation and amortization") e dívida líquida. Em 31/12/2023, o Fornecedor não atendeu os indicadores das cláusulas restritivas. Adicionalmente conforme nota explicativa nº21 os contratos foram liquidados em 2024. Os índices requeridos contratualmente pelos bancos são os seguintes:

- Banco Itaú: Dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou inferior a 2,5.
- Banco Santander: Dívida líquida/EBITDA deve ser menor ou igual a 2 a partir de 2022.

Além disso, o empréstimo BBM da Saudimagem (consolidado) também contém cláusulas restritivas contratuais que estabelecem limites para determinados índices financeiros. As principais exigências são:

- Dívida líquida Controladora/EBITDA Controladora: deve ser inferior a 3,25.
- EBITDA Controladora/Despesas Financeiras Líquidas da Controladora: deve ser maior ou igual a 2,5.

Em 31/12/2023, o Fornecedor estava adimplente com os índices financeiros e demais cláusulas

continuação	GIP Medicina Diagnóstica S.A. e Controladas e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24/10/2024
	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011609/0-8
	Ricardo Ramos da Silva Contador CRC nº 1 SP 196573/0-0

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



EPR 2 Participações S.A.

CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 - NIRE:35300605306

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

I. Data, Horário e Local: 06 de dezembro de 2024, às 14:00 horas, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.188, conjunto 65, sala 19B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP. **II. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo. **III. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a alteração do endereço da sede social da Companhia e, se aprovado, a consequente alteração e adequação do artigo 2º do Estatuto Social; e **(ii)** a modificação e consolidação do estatuto social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante no Anexo I a esta ata. **V. Deliberações:** Após as oportunas discussões, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: **(i)** alterar o endereço da sede social da Companhia, o qual passa de Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 65, sala 19B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo para Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, de modo que o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 2º - A Companhia tem sua sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 7.788, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 07457-007, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria."** **(ii)** de forma a refletir as deliberações acima, reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a redação consoante no Anexo I desta ata. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §2º, da Lei das S.A. **VII. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. Acionistas: Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. (por Danilo Dias Garcez de Castro Doria e Luiz Felipe Setten Fustaino) e Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, representado por sua gestora, Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., a qual é representada, por sua vez, nos termos do seu contrato social por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas. A presente ata foi lavrado em 1 via digital, em livro próprio, tendo-se dela extraído cópias enviadas ao registro de comércio. São Paulo, 06 de dezembro de 2024. JUCESP nº 466.109/24/6 em 19/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício. **ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º - A EPR 2 Participações S.A. ("Companhia")** é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais aplicáveis, bem como pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("Acordo de Acionistas"). **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto social: **(i)** Explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem, empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais; e **(ii)** Prestar serviços de engenharia, gerenciamento, fiscalização, supervisão e administração de obras no geral e a participação em sociedades que prestem tais serviços. **Artigo 4º -** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II. Capital Social. Artigo 5º -** O capital social da Companhia é de R\$ 70.862.137,00 (setenta milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, cento e trinta e sete reais), representado por 320.935.018 (trezentas e vinte milhões, novecentas e trinta e cinco mil e dezoito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§1º -** Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 (um) voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral"). **§2º -** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. **§3º -** Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares. **§4º -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas. **§5º -** A alienação e a oeração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oeração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. **§6º -** A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados. **§7º -** É vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º -** Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., bem como o disposto no Acordo de Acionistas, os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de suas participações acionárias, subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia. **Artigo 7º -** A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de subscrição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 10% (dez por cento) do valor devido. **Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 8º -** Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em Assembleia Geral ordinária, a ser realizada nos 4 (quatro) primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 9º -** As Assembleias Gerais poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. Será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. **§1º -** Além de presencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada **(i)** semipresencialmente - quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também a distância; ou **(ii)** digitalmente - quando os acionistas só puderem participar e votar à distância. Quando semipresencial ou digital, a participação e a votação à distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância (inclusive por e-mail) e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas poderão participar e votar. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais realizadas digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Companhia aplicável. **§2º -** Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, exceto se todos os acionistas estiverem presentes e expressamente concordarem em deliberar a matéria. **§3º -** As Assembleias Gerais somente se instalarão, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de acionistas representando mais do que 75% (setenta e cinco por cento) do capital social votante; e, em 2ª (segunda) convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. **§4º -** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, §1º da Lei das S.A. **§5º -** Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. **§6º -** O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem tampouco em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. **§7º -** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **Artigo 10 -** Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas: **(i)** Alteração do estatuto social para (a) realizar aumentos de capital, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (b) alterar a composição, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (c) alterar as atribuições mínimas do Diretor Financeiro previstas no Artigo 17, §4º; (d) alterar a apuração ou destinação de resultados, incluindo criação, capitalização e extinção de reservas; ou (e) implementar alteração que implique na supressão do quórum qualificado de aprovação em relação às Matérias Qualificadas; **(ii)** fixação do montante global da remuneração dos administradores e dos membros do conselho fiscal, quando instalado, caso exceda o montante global previsto no plano de negócios aprovado; **(iii)** aprovação de planos de outorga de opções de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia ou de subsidiárias; **(iv)** deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos em desacordo com a política de dividendos; **(v)** transformação do tipo societário; **(vi)** fusão incorporação ou cisão envolvendo a Companhia ou subsidiárias, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; **(vii)** registro de companhia aberta na categoria A (ou categoria que a substitua) ou oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia ou de subsidiária; **(viii)** dissolução e liquidação da Companhia ou de subsidiária; **(ix)** nomeação e destituição de liquidante da Companhia ou de subsidiária; **(x)** apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, pela Companhia ou subsidiária; **(xi)** participação em grupo de sociedades, pela Companhia ou subsidiária, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A.; e **(xii)** aprovação de qualquer das matérias de competência do Conselho de Administração listadas no Art. 16, caso a matéria venha porventura a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 11 -** Exceto se maior quórum for exigido pela Lei das S.A., as deliberações nas Assembleias Gerais serão aprovadas pela maioria do capital social votante, salvo pelas matérias previstas nos itens (i) a (xii) do Artigo 1 ("Matérias Qualificadas"), cuja aprovação dependerá do voto afirmativo de acionistas titulares de, pelos menos, 75% (setenta e cinco por cento) das ações ordinárias mais 1 (uma) ação ordinária. **Artigo 12 -** O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições do Acordo de Acionistas, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. **Capítulo IV. Administração. Artigo 13 -** A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria. **§1º -** Os membros da administração permanecerão

em seus cargos até a posse de seus substitutos. **§2º -** Em caso de substituição de membro da administração, o substituto completará o mandato do membro substituído. **§3º -** Todos os administradores deverão atender aos requisitos de elegibilidade previstos na legislação aplicável, notadamente a Lei das S.A., incluindo (i) não ser impedido por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não estar inabilitado por ato da Comissão de Valores Mobiliários; (iii) ter reputação ilibada; e (iv) não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e de suas subsidiárias, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, e não ter interesse conflitante com a Companhia, salvo, em ambos os casos, dispensa da Assembleia Geral da Companhia. **§4º -** A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer a remuneração de cada administrador. **§5º -** Os administradores ficam dispensados de prestar caução. **Capítulo V. Conselho de Administração. Artigo 14 -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração será composto por até 5 (cinco) membros, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **§1º -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral poderá a qualquer tempo substituir os Conselheiros. **§2º -** Em caso de vacância, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto. **§3º -** O Conselho de Administração terá um presidente, que será escolhido pela Assembleia Geral conforme o disposto no Acordo de Acionistas. **§4º -** Em caso de ausência ou impedimento temporário, o presidente do Conselho de Administração indicará o seu substituto dentre os demais Conselheiros. **Artigo 15 -** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês (ou em tal outra periodicidade acordada por todos os membros do Conselho de Administração), e, extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da Companhia. **§1º -** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) ou, na hipótese deste retardar a convocação, por quaisquer 2 (dois) membros do Conselho de Administração, em conjunto, mediante o envio de correspondência eletrônica a todos os Conselheiros, com apresentação da ordem do dia, acompanhada dos documentos pertinentes, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em 1ª convocação, e, em 2ª convocação, com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência. **§2º -** Além de presencialmente, as reuniões do Conselho de Administração poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **§3º -** O presidente do Conselho de Administração será responsável por presidir as reuniões do Conselho de Administração e indicar os respectivos secretários. **§4º -** As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas, em 1ª (primeira) convocação, com a presença da maioria dos conselheiros eleitos e, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer número de conselheiros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. **§5º -** As deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas pela maioria dos membros presentes à reunião do Conselho de Administração, observado, quando for o caso, o voto de desempate do presidente do Conselho de Administração, salvo em relação às matérias indicadas no Artigo 16, as quais deverão ser aprovadas, cumulativamente, (i) pela maioria dos Conselheiros e (ii) pelo voto afirmativo de 2 (dois) Conselheiros indicados por acionistas que detiverem, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) das ações ordinárias, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **§6º -** O presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) terá o voto de desempate nas deliberações do Conselho de Administração. **§6º -** As atas das reuniões do Conselho de Administração deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 16 -** O exercício de suas atribuições, compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente, deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aprovação de investimento em novos empreendimentos ou de expansão de investimentos no setor de concessão de rodovias federais e estaduais para operação e manutenção e do respectivo plano de negócios; (ii) alterações ao plano de negócios aprovado em assunto que implique alteração igual ou superior a 10% (dez por cento) do montante previsto no plano de negócios aprovado; (iii) fixação da remuneração individual (fixa e variável) de membro da administração que seja uma parte relacionada de qualquer dos acionistas; (iv) aprovar planos de remuneração referenciados em ações que não sejam de competência da Assembleia Geral; (v) determinar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio não previstos no plano de negócios aprovado; (vi) outorga de opções de compra de ações no âmbito de planos de outorga de opção de compra de ações; (vii) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (viii) contratação de endividamento, (a) em valor que eleve a razão Dívida Líquida/EBITDA a valor superior ao previsto no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de, no máximo, 10% (dez por cento), salvo se o endividamento for comprovadamente indispensável para o cumprimento das obrigações da Companhia ou subsidiária sob contrato de concessão por ela celebrado ou perante autoridade governamental, desde que contratado em condições de mercado ou (b) pela Companhia, que envolva a outorga de garantias fidejussórias por parte dos acionistas ou suas afiliadas, exceto subsidiárias da Companhia; (ix) autorizar a negociação, pela Companhia ou subsidiária, de suas próprias ações, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (x) definir o voto a ser proferido por (a) representante da Companhia na Assembleia Geral ou reunião de sócio de subsidiária ou (b) membro não-independente indicado pela Companhia para o conselho de administração de subsidiária em reunião do respectivo conselho de administração, em qualquer dos dois casos quando a matéria for uma das matérias detalhadas no Artigo 10 ou neste Artigo 16; (xi) realização de investimentos de capital (capex) superior a 10% (dez por cento) do montante total previsto no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado aplicável, salvo se comprovadamente necessário para o cumprimento das obrigações do respectivo contrato de concessão ou perante autoridades governamentais; (xii) outorga, pela Companhia ou qualquer subsidiária, de garantia, real ou fidejussória (inclusive qualquer oeração da participação da Companhia em qualquer subsidiária), salvo no âmbito de financiamento ou operação contratada em benefício da Companhia ou de subsidiária, observados os termos do plano de negócios aprovado; (xiii) aquisição, subscrição ou alienação, pela Companhia ou qualquer subsidiária, de quotas, ações ou participações em outra sociedade (personificada ou não), inclusive nova subsidiária, ou em fundos de investimento (exceto fundos mútuos ou exclusivos destinados à aplicação do caixa), salvo (a) a subscrição de capital em subsidiária em atendimento de capitalização prevista no plano de negócios aprovado ou (b) conforme o item (xiv) abaixo; (xiv) criação (i.e., constituição), pela Companhia ou qualquer subsidiária, de nova subsidiária, exceto se necessário para fins regulatórios ou para a captação de financiamento para a Companhia ou subsidiária; (xv) celebrar, alterar ou resiliar quaisquer acordos de sócios, acionistas ou catistas nas subsidiárias; (xvi) participação, da Companhia ou qualquer subsidiária, em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada ou consórcios; (xvii) alienação ou oeração de bens do ativo não circulante não prevista no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado e que envolvam valores iguais ou superiores a 10% (dez por cento) do total do ativo não circulante da Companhia (no caso de alienação de ativos pela Companhia) ou da respectiva subsidiária (no caso de alienação de ativos por uma subsidiária); (xviii) celebrar, alterar ou rescindir contratos celebrados entre, de um lado, a Companhia ou qualquer subsidiária e, de outro, uma parte relacionada, exceto por (a) contratos entre a Companhia e as subsidiárias ou entre estas ou (b) contratos entre, de um lado, a Companhia ou subsidiárias e, do outro, um veículo integralmente detido pelos acionistas da Companhia, nas proporções previstas no Acordo de Acionistas; (xix) abandonar ou rescindir contratos de concessão; (x) outorgar empréstimos ou abrir linhas de crédito, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (xi) propor, celebrar acordo ou lidar processos administrativos, judiciais ou arbitrais que envolvam práticas de corrupção ou crimes ambientais; e (xii) contratação de auditores independentes, salvo se uma das firmas de auditorias previstas no Acordo de Acionistas. **Capítulo VI. Diretoria. Artigo 17 -** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) até 5 (cinco) diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro e os demais Diretores sem designação específica ou com a designação que o Conselho de Administração estabelecer na sua eleição. **§1º -** Os Diretores terão mandato de até 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **§2º -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração poderá a qualquer tempo substituir os Diretores. **§3º -** Compete ao Diretor Presidente (i) superintender os negócios e supervisionar e dirigir os trabalhos da Companhia; (ii) coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria; (iii) implantar e garantir a execução das políticas da Companhia; (iv) a coordenar as áreas jurídicas, de auditoria interna e de comunicações; (v) coordenar promover ações de comunicação empresarial; (vi) elaborar e revisar, em conjunto com o Diretor Financeiro, para posterior submissão à aprovação do Conselho de Administração, os orçamentos anuais da Companhia e de suas subsidiárias; (vi) presidir as reuniões da Diretoria; e (vii) submeter ao Conselho de Administração todos os assuntos que requeriam exame e aprovação do Conselho de Administração. **§4º -** Compete ao Diretor Financeiro (i) superintender as atividades financeiras da Companhia e das subsidiárias, como, por exemplo, atividades de tesouraria, contas a pagar e a receber, gestão do fluxo de caixa, obrigações fiscais, obrigações tributárias acessórias, contratação de seguros e garantias, planejamento financeiro e acompanhamento dos covenants financeiros; (ii) indicar os membros da equipe financeira da Companhia e das subsidiárias; (iii) elaborar e manter a contabilidade e as demonstrações financeiras; (iv) elaborar e revisar, em conjunto com o Diretor Presidente, para posterior submissão à aprovação do Conselho de Administração, os orçamentos anuais da Companhia e de suas subsidiárias; (v) acompanhar a execução financeira dos planos de negócios e dos orçamentos anuais aprovados; (vi) gerenciar o caixa e administrar e controlar as reservas financeiras; (vii) coordenar as captações de mercado da Companhia e das subsidiárias; e (viii) acompanhar os trabalhos dos auditores externos. **§5º -** Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto. **§6º -** Os demais Diretores terão as atribuições que lhes sejam fixadas pelo Diretor Presidente, bem assim as que lhes sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração na sua eleição. **Artigo 18 -** A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente. **§1º -** As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 (três) dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. **§2º -** Além de presencialmente, as reuniões da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **§3º -** As resoluções da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião. **§4º -** Não será aprovada nenhuma deliberação sobre quaisquer assuntos que não estejam expressamente incluídos na ordem do dia da reunião, conforme

declarado na convocação, sob pena de ser considerada nula, excetuadas as matérias que forem acrescentadas à ordem do dia com a aprovação de todos os Diretores. **§5º -** As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 19 -** A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e as deliberações do Conselho de Administração, competindo-lhe especialmente: **(i)** cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social; **(ii)** administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; **(iii)** administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; **(iv)** administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros; **(v)** realizar os estudos de viabilidade técnica, regulatória, jurídica e econômico-financeira e avaliar os potenciais investimentos da Companhia e suas subsidiárias; **(vi)** elaborar os planos de negócios de cada subsidiária, para posterior submissão à aprovação do Conselho de Administração; **(vii)** observar o orçamento anual aprovado; **(viii)** deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia; **(ix)** representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e **(x)** apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social. **Artigo 20 -** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais ou quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou a prática de quaisquer atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigação para com a Companhia incumbirão, serão obrigatoriamente realizados: **(i)** por 2 (dois) Diretores, agindo sempre em conjunto; **(ii)** por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no Único desta Cláusula; **(iii)** por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto, constituídos conforme previsto no Único desta Cláusula; **(iv)** por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de subestabelecimento sem reservas, constituído conforme previsto no Único desta Cláusula. **Único -** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 (dois) Diretores, e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 (um) ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. **Capítulo VII. Conselho Fiscal. Artigo 21 -** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **§1º -** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **§2º -** Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável. **§3º -** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 22 -** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VIII. Exercício Social e Demonstrações Financeiras. Artigo 23 -** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável. **Único -** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 24 -** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: **(i)** 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e **(ii)** 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável. **Único -** A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 25 -** A Companhia poderá: **(i)** levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; **(ii)** levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Artigo 182, §1º, da Lei das S.A.; e **(iii)** creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Capítulo IX. Liquidação. Artigo 26 -** A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo X. Acordo de Acionistas. Artigo 27 -** A Companhia deverá observar fielmente o Acordo de Acionistas, nos termos previstos no artigo 118 da Lei nº 6.404/1976. **§Primeiro.** O presidente da Assembleia Geral e o presidente das reuniões do Conselho de Administração não computarão o voto proferido em desacordo com o Acordo de Acionistas. **§Segundo.** A Companhia e suas subsidiárias não registrarão em seus livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia e às subsidiárias, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oeração de ações que viole as disposições do Acordo de Acionistas. **Capítulo XI. Arbitragem. Artigo 28 -** Quaisquer disputas, controvérsias, litígios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto ("Conflito") serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil e Canadá ("CCBC"), de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"), e o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade. **(i)** A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e será sigilosa. **(ii)** A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, recusas, impedimentos, suspeições, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CCBC. Caso qualquer dos 3 (três) árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-lo(s), de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. **(iii)** Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 (três) ou mais partes em que (i) estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso. **(iv)** Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com o que renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. **(v)** A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será tida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à CCBC, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem a pagar ou reembolsar (i) honorários advocatícios de sucumbência e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consultorias e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Capítulo XII Disposições Gerais. Artigo 29 -** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o disposto no Acordo de Acionistas. São Paulo, 06 de dezembro de 2024.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Alcantil Empreendimentos
e Participações S.A.
CNPJ nº 50.220.886/0001-57 - NIRE 35.300.612.949
CERTIDÃO - Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2024
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epigrafe foi registrada sob o nº 465.640/24-2
em 17/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança
garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

